

# 1964-2014: O CINQUENTENÁRIO DE UMA NARRATIVA JORNALÍSTICA SOBRE O GOLPE CIVIL-MILITAR NO BRASIL<sup>24</sup>

*Camila Garcia KIELING<sup>25</sup>*

**RESUMO:** Em 2014 completou-se o cinquentenário do golpe civil-militar de 1964 no Brasil. O jornal *Folha de S.Paulo* testemunhou os acontecimentos em 1964, conviveu com a ditadura e chegou a 2014 como o diário de maior circulação no país. Neste artigo, realizamos um exercício interpretativo e comparativo que toma como recortes as narrativas desse jornal sobre o golpe em 1964 e sua releitura na ocasião do cinquentenário em 2014. Em 1964, a *Folha* idealizou um mundo de progresso através do apagamento dos conflitos políticos, favorecendo a solução autoritária. Em 2014, justifica sua atuação através de estratégias de objetivação, em uma narrativa baseada na exploração do conceito de democracia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação Social. Imprensa. Golpe de 1964. *Folha de S.Paulo*.

**ABSTRACT:** In 2014 the 1964 Civil-Military Coup d'État which placed Brazil under a dictatorship that lasted 21 years completed its 50<sup>th</sup> anniversary. *Folha de S.Paulo (FSP)* is a newspaper that reported not only the 1964 event but also experienced the dictatorship over the years and has come to 2014 as the largest circulation daily in the country. The purpose of this article is to analyze the newspaper's narratives of the 1964 coup and its reinterpretations of the event 50 years later. In 1964, *Folha* pictured a world of progress by obliterating the political conflicts, supporting the authoritarian solution. In 2014, it justifies its own acting using objectification strategies, producing a narrative based on the exploitation of democracy concept.

**KEYWORDS:** Social Communication. Press. 1964 Coup d'état. *Folha de S.Paulo*.

---

<sup>24</sup> Versão modificada de trabalho apresentado no GT de Historiografia da Mídia do 10º Encontro Nacional de História da Mídia (Alcar), Porto Alegre, 3 a 5 de junho de 2015.

<sup>25</sup> Doutoranda em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Comunicação Social pela mesma instituição. Bolsista Capes/Prosup. E-mail: camila.kieling@acad.pucrs.br.

## 1. Introdução

As efemérides são ocasiões oportunas para debater assuntos que, mesmo não gratos, merecem ser lembrados e discutidos. Em 2014 completou-se o cinquentenário do golpe civil-militar que colocou o Brasil sob uma ditadura que durou 21 anos (1964-1985). A ocasião teve ampla repercussão midiática, não apenas pelo marco histórico em si, mas também pelos múltiplos desdobramentos desse evento no presente: o fato da presidente Dilma Rousseff ser ex-presa e perseguida política da ditadura; a investigação da Comissão Nacional da Verdade sobre as violações aos Direitos Humanos por parte de agentes do Estado ocorridas no período de regime militar; as manifestações de junho de 2013, além de um quadro de acirramento das disputas políticas no país.

A atuação da imprensa no golpe de 1964 é ainda importante objeto de pesquisa. A passagem do tempo abre novas perspectivas, tanto do ponto de vista histórico quanto comunicacional, especialmente sobre veículos que testemunharam os fatos à época e seguem ativos e influentes meio século depois<sup>26</sup>, como é o caso de nosso objeto de análise neste artigo, o jornal *Folha de S. Paulo* (*FSP*).

Diversos e qualificados estudos já demonstraram a adesão da grande imprensa brasileira, inclusive do jornal *Folha de S. Paulo*, ao movimento golpista que destituiu o presidente João Goulart. Apesar da memória institucional e dos próprios jornalistas tentarem consolidar uma visão contrária ou amenizada, o fato é que a maior parte da imprensa brasileira disse *sim* ao golpe, como demonstram as pesquisas de Abreu (2004), Amado (2008), Barbosa (2007), Chammas (2012), Kushnir (2004), Lorangeira (2014), Machado da Silva (2014), entre outros. Cinquenta anos depois do golpe, o posicionamento da *Folha* é ainda marcado por um tom de justificativa, acalentado por um olhar peculiar do presente em relação ao passado e pela atualização de recursos narrativos operados em 1964.

Assim, nosso objetivo neste artigo é analisar a narrativa jornalística da *FSP* em sua relação com o tempo, realizando um exercício interpretativo e comparativo que toma como recortes as narrativas sobre o golpe em 1964 e sua releitura na ocasião do cinquentenário em 2014, agora sob uma perspectiva não apenas jornalística no sentido de cobertura diária de acontecimentos, mas de narrativa ancorada no presente.

---

<sup>26</sup> A *FSP* é o jornal de maior circulação e audiência do Brasil, de acordo com o Instituto Verificador de Circulação – IVC 2014, com circulação média de 341.553 edições, sendo 117.721 digitais.

Em termos metodológicos, consideramos a narrativa jornalística como narrativa do cotidiano, mediadora das ações no tempo, organizadora da experiência entre o passado, o presente e o futuro: “O jornalismo observa o mundo desde o atual, ancora seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro. Opera uma mediação que é, ao mesmo tempo, linguística e temporal” (MOTTA, 2005, p. 9). Nesse sentido, o texto é ponto de partida, mas não perdemos de vista o fato de que ele só produz sentidos na relação com atores históricos humanos e com o contexto:

O texto e suas significações são apenas os nexos entre a produção e o consumo, entre o ato de enunciar e o ato de interpretar (atos de alguém, de algum sujeito). São apenas a forma que assume a relação entre atores humanos históricos. Concebemos a análise da narrativa como caminho rumo ao significado porque o significado é uma relação, não há significado sem algum tipo de troca (MOTTA, 2005, p. 3).

A dimensão do público leitor é fator inseparável da origem dos jornais: por maiores que sejam as ambições empresariais, um jornal não se constitui sem dialogar com o público em uma perspectiva ampla, desde os leitores comuns, passando pelos grupos políticos, econômicos e o governo. Não foi diferente com a *Folha*. O surgimento da empresa Folha da Manhã S.A. dá-se com o vespertino *Folha da Noite*, que começa a circular em 19 de fevereiro de 1921. Os fundadores são um grupo de colegas egressos do já estabelecido *O Estado de S. Paulo*. Editorialmente, a publicação procura ocupar o lugar deixado pelo *Estadinho*, folha vespertina que desapareceu após a Primeira Guerra Mundial, dedicando-se a uma linguagem mais coloquial, com destaque para assuntos locais. Pilagallo (2002, p. 17) descreve da seguinte forma a orientação política do jornal quando da sua fundação: “O texto de apresentação do novo jornal, redigido por Julio de Mesquita Filho, defendia uma linha flexível que comportasse mudanças de opinião”.

Com capital e estrutura bastante restritos, era um jornal pequeno, com oito páginas. Buscava, através do humor, da sátira e da ironia, aproximar-se de seu público-alvo, a classe média urbana de São Paulo. Exemplo disso é o personagem Juca Pato, criado em 1925 pelo redator de política Lellis Vieira e pelo cartunista Belmonte (Benedito Carneiro Bastos Barreto): “Baixinho, careca, óculos de tartaruga, fraque, polainas e gravata-borboleta, Juca Pato representa o cidadão paulista de classe média em seus anseios e reivindicações” (BELMONTE, 2013). Seu bordão era: “Podia ser pior”.

O início da década de 1960 foi de profundas mudanças na Empresa Folha da Manhã. A primeira delas foi aglutinação dos três títulos editados pelo grupo (*Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*) em um só, sob o nome *Folha de S.Paulo*, em 1º de janeiro de 1960. Em 13 de agosto de 1962, a empresa é comprada por Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, que assumem sua direção. O grupo assume uma postura administrativa mais agressiva e muda o sistema de distribuição, conquistando o público do interior e transformando-se no jornal de maior circulação paga no Brasil já em 1963 (MOTA; CAPELATO, 1980).

Pilagallo (2002) afirma que a gestão de Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho pode ser entendida em dois ciclos: o primeiro, de reestruturação financeira, vai de 1962 a 1967; o segundo, de investimento em tecnologia, entre 1968 e 1974. José Nabantino Ramos, proprietário anterior à gestão Frias-Caldeira, relacionou o sucesso financeiro da *Folha* com sua capacidade de adaptação ao cenário econômico do país à época, de alta da inflação:

O processo inflacionário que culminou, no Brasil, de 1962 a 1964, arruinou as finanças dos jornais mal administrados em razão da excessiva elevação dos custos. Mas, de outro lado, fez a fortuna dos jornais razoavelmente geridos, porque se os custos subiram muito, os preços da venda do jornal e da publicidade subiram mais ainda. [...] com a inflação, mudou a condição econômica da atividade jornalística. Se antes o preço da venda avulsa não pagava sequer o papel ocupado pela redação, agora paga-o com larga sobra. A expansão da distribuição passa a ser proveitosa imediatamente, na venda de cada exemplar, deixando de constituir o ônus de outrora, a ser coberto a longo prazo, pelo aumento de anúncios. (RAMOS apud MOTA e CAPELATO, 1980, p. 186-7)

Podemos dizer, assim, que a *Folha* foi um jornal que se desenvolveu e consolidou como negócio durante a ditadura militar, regime com o qual teve uma relação de adesão, como demonstra o texto do jornalista Oscar Pilagallo, publicado no próprio caderno comemorativo aos 90 anos do jornal, completos em 2011:

A *Folha* apoiou o golpe militar de 1964, como praticamente toda a grande imprensa brasileira. Não participou da conspiração contra o presidente João Goulart, como fez o "Estado", mas apoiou editorialmente a ditadura, limitando-se a veicular críticas raras e pontuais. Confrontado por manifestações de rua e pela deflagração de guerrilhas urbanas, o regime endureceu ainda mais em dezembro de 1968, com a decretação do AI-5. O jornal submeteu-se à censura, acatando as proibições, ao contrário do que fizeram o "Estado", a revista "Veja" e o carioca "Jornal do Brasil", que não aceitaram a imposição e enfrentaram a censura prévia, denunciando com artifícios editoriais a ação dos censores.

As tensões características dos chamados "anos de chumbo" marcaram esta fase do Grupo Folha. A partir de 1969, a "Folha da Tarde" alinhou-se ao esquema de repressão à luta armada, publicando manchetes que exaltavam as operações militares.

A entrega da Redação da "Folha da Tarde" a jornalistas entusiasmados com a linha dura militar (vários deles eram policiais) foi uma reação da empresa à atuação clandestina, na Redação, de militantes da ALN (Ação Libertadora Nacional), de Carlos Marighella, um dos 'terroristas' mais procurados do país, morto em São Paulo no final de 1969.

Em 1971, a ALN incendiou três veículos do jornal e ameaçou assassinar seus proprietários. Os atentados seriam uma reação ao apoio da "Folha da Tarde" à repressão contra a luta armada.

Segundo relato depois divulgado por militantes presos na época, caminhonetes de entrega do jornal teriam sido usados por agentes da repressão, para acompanhar sob disfarce a movimentação de guerrilheiros. A direção da Folha sempre negou ter conhecimento do uso de seus carros para tais fins. (PILAGALLO, 2011 – grifos do original)

Os dois primeiros ciclos citados anteriormente, o financeiro e o tecnológico, prepararam a empresa para a mudança editorial quando os militares ensaiavam o início da abertura do regime. “A distensão com que o governo acenava coincidiu com o momento em que a empresa se encontrava equilibrada e modernizada – pronta para passar a cuidar da redação” (PILAGALLO, 2002, p. 139). Apoiando o projeto de abertura política, a reformulação é capitaneada por Cláudio Abramo: “Contratou jornalistas identificados com posições combativas – Alberto Dines, responsável pela reforma do *Jornal do Brasil*, e Paulo Francis, polêmico articulista de *O Pasquim*, entre outros – e abriu a *Folha* à sociedade civil” (p. 140). Nesta etapa, as relações da FSP com os militares nem sempre transcorreram com tranquilidade, como atesta a prisão do cronista da *Folha*, Lourenço Diaféria, em agosto de 1977.

A *Folha* foi um dos jornais que melhor soube ressignificar suas relações o passado militar. A ênfase no engajamento na campanha pela Lei da Anistia e pelas Diretas Já e as estratégias publicitárias dos anos 1980 e 90 foram marcantes para a consolidação de sua imagem como um veículo moderno, independente, imparcial, apartidário. É exemplo disso o famoso comercial “Hitler”<sup>27</sup>, de 1987, marcado pelo slogan “*Folha*, o jornal que mais se compra, e o que nunca se vende”. A face encoberta de sua relação com os militares vem sendo desmontada pela pesquisa acadêmica e dentro do discurso do próprio jornal ao longo dos anos 2000, como vimos no texto de 2011, no qual a FSP admite o golpismo e o colaboracionismo, e como veremos na

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nd9R7ZxhjJ8>. Acesso em: 25 abr. 2015.

análise da cobertura do cinquentenário do golpe, em 2014. Antes disso, discutiremos alguns pressupostos teóricos que nortearão nossa análise.

## 2. Jornalismo: dramas e tramas do cotidiano

Motta (2005) sugere seis movimentos para a análise da narrativa jornalística:

1. Recomposição da intriga ou do *acontecimento jornalístico*;
2. Identificação dos *conflitos* e da funcionalidade dos episódios;
3. Construção de *personagens* jornalísticas;
4. Desvendamento das *estratégias comunicativas*:
  - a) Estratégias de *objetivação*: construção de efeitos de real;
  - b) Estratégias de *subjetivação*: construção de efeitos poéticos;
5. *Relação* comunicativa e “*contrato cognitivo*”;
6. *Metanarrativas* – significados de fundo moral ou fábula da história.

O noticiário apresenta uma natureza fragmentada. O jornalismo diário conta histórias em parcelas, compostas de acordo com *valores-notícia* (WOLF, 2006), constrangidas pelas características do *dispositivo* (MOUILLAUD e PORTO, 2002) e com ênfases narrativas diversas. Um mesmo assunto pode ser tratado por dias, meses, desaparecer do noticiário e ser retomado ou não retomado mais tarde. A análise da narrativa jornalística pressupõe um trabalho interpretativo de concatenação: “é preciso, pois, conectar as partes, identificar a serialidade temática e o encadeamento narrativo cronológico para compreender o tema como síntese (compreender a *diegese* ou a projeção de um mundo a partir do enredo e das sugestões que dele emanam)” (MOTTA, 2005, p. 4)<sup>28</sup>. Ao recompor essa história a partir dos fragmentos, o analista (re)compõe uma síntese, a qual o autor chama de *acontecimento jornalístico*.

A narrativa jornalística moderna estrutura-se sobre rupturas, desvios, desequilíbrios, contradições. Para (re)compor sua síntese, o analista precisa identificar e compreender qual é o conflito em questão e suas transformações no tempo. Em muitos casos, a narrativa começa pelo *clímax*, sendo necessário que o jornalismo lance mão de narrativas complementares (os mapas, gráficos, infográficos, boxes) para reforçar a

---

<sup>28</sup> Motta (2005) complementa a noção de diegese: “a projeção de um mundo considerado real que vai servir de referente” (p. 4).

compreensão pelo receptor, assim como nas narrativas ficcionais operam os *flashbacks* e *flash-fowards*.

Há, ainda, a dimensão dos *personagens*: atores no/do acontecimento, desempenham diferentes funções na progressão da narrativa e relacionam-se com os receptores em uma dinâmica identificação/projeção. São construídos pela subjetividade do jornalista, ainda que produtos de referentes reais e de uma narrativa fática. “Por força de sua intervenção na história, as personagens podem ser identificadas como protagonistas, antagonistas, heróis, anti-heróis, doadores, ajudantes, etc. O analista estará movendo-se sempre entre a sua própria reconstituição da história e o texto original das notícias” (MOTTA, 2005, p. 7).

Estratégias de objetivação, mas também de subjetivação – apesar da deontologia profissional favorecer uma ideia de distanciamento do narrador-jornalista, um apagamento de sua mediação – são operadas na construção da narrativa jornalística. A narrativa jornalística refere e institui a realidade, realiza-se sob essa perspectiva e circula socialmente cumprindo essa missão. O *efeito de real* é sua principal estratégia, praticada especialmente sob os domínios da linguagem e do tempo. Efetiva-se em operações linguísticas: são expressões que criam atualidade, referências geográficas, referência de autoridade, legitimidade do relato ou do testemunho (citações), identificação de lugares e personagens, referencialidade temporal, numérica, estatística.

Esses mesmos elementos servem às *estratégias de subjetivação*, pois, assim como outras linguagens estéticas, o jornalismo tem uma ética e uma poética. A reconfiguração efetivada pelo leitor no ato de leitura – através do qual insere as notícias fragmentadas em uma narrativa com o auxílio de sua memória cultural – é análoga ao movimento epistemológico do analista ao reconstruir as notícias individuais em uma sequência lógica e integral, uma história com início, meio e fim, dotada de um fundo moral. Esta é uma das formas de acesso às estratégias de subjetivação. Outras maneiras são ainda possíveis, como a identificação do uso de recursos linguísticos e extralinguísticos que indiquem catarse, como surpresa, medo, compaixão, ironia, deboche: “Eles promovem a identificação do leitor com o narrado, humanizam os fatos brutos e promovem a sua compreensão como dramas e tragédias humanas” (MOTTA, 2005, p. 11). Identificar estratégias de subjetivação é procurar rastros de comoção na narrativa jornalística.



É necessário ainda compreender a narrativa como um ato comunicativo, uma relação intersubjetiva entre narrador e narratário, mediada por um *contrato cognitivo*. Na medida em que nenhuma narrativa pode ser integral, opera-se na mediação com o leitor o preenchimento de espaços, o encadeamento lógico dos acontecimentos, a projeção de desdobramentos. Há, ainda, o contrato cognitivo mais básico da narrativa jornalística com seu leitor: esta é uma narrativa que “conta a verdade”.

Assim, chegamos ao sexto movimento proposto por Motta (2005): a análise das *metanarrativas*, dos *significados de fundo moral* da história. Essa dimensão tem início já na seleção daquilo que é noticiado, já que “a notícia representa sempre uma ruptura ou transgressão em relação a algum significado estável” (p. 14). O fundo ético e moral projetado pelas notícias mobiliza as emoções do público, podendo constituir uma experiência – mais do que racional/informacional – estética ou emocional, como ocorre, por exemplo, na cobertura de grandes tragédias. As notícias, impregnadas pela vida cotidiana, “revelam os mitos mais profundos que habitam metanarrativas culturais mais ou menos integrais do noticiário: o crime não compensa, a corrupção tem de ser punida, a propriedade precisa ser respeitada, o trabalho enobrece, a família é um valor supremo, a nação é soberana, e assim por diante” (p. 15).

### **3. *Folha*: narrativas do golpe de 1964 no tempo**

Voltamos a 1964 a fim de compreender de que forma essa narrativa se constituiu, tomando o golpe como seu ato inaugural. Na terça-feira, 31 de março de 1964, a *Folha* publica um caderno especial intitulado *64 – O Brasil Continua*. No sumário (p. 3) afirma que este é um “suplemento-confiança” e que optam por encerrar a publicação “falando um pouco de nós mesmos. Contando o que pensam e como vivem aqueles que resolveram transmitir, através de mais de 175 mil exemplares que chegam a 700 mil leitores a mensagem de confiança na Pátria comum”. O volume traz um balanço de conquistas e desafios econômicos do país. O jornal coloca-se, assim, como um agente atuante e influente da sociedade: “Para os céticos, o jornal é papel pintado, para nós, é papel santificado pelo ideal de liberdade, democracia e progresso”. Ocupado por anúncios de alguns dos maiores grupos empresariais do país, mesmo o espaço publicitário transita pela narrativa apaziguadora de profissão de fé em tempos de crise: na página 14, dedicada, editorialmente, à análise da indústria farmacêutica brasileira (a



qual, segundo a publicação, “cresceu, mas nem tanto”), a Semp (fabricante de aparelhos de rádio e televisão) publica anúncio que começa com o texto “E por falar em crises...” para afirmar sua esperança no Brasil “dos autênticos capitães de indústria e da iniciativa privada em termos progressistas”, apesar “das lutas pequenas travadas por grupos ideológicos”. Configura-se, assim, o sentido daquilo que Hartog (1997) chama de *regimes de historicidade*, através do qual a narrativa sobre o golpe de 1964 será instituída:

[...] uma formulação sábia da experiência do tempo que, em retorno, modela nossos modos de dizer e de viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele ritma a escritura do tempo, representa uma “ordem” do tempo, à qual se pode subscrever ou, ao contrário (e mais frequentemente), querer escapar, procurando elaborar uma outra. (HARTOG, 1997, p. 8)

No modo de dizer e viver o tempo da *FSP* em 1964, estão em jogo os interesses no futuro e no progresso, os quais contrapõem-se à pequenez e ao atraso das disputas ideológicas. Há um embate entre “autênticos” e “ideológicos” em um quadro de crise. E, neste cenário, a *Folha* atribui-se um papel “sagrado”, colocando-se na posição de educadora, informadora e formadora da opinião pública (p. 42), ao lado de consagrada parcela do empresariado, seus anunciantes.

Em contraponto a essa perspectiva apaziguadora, ancorada em uma interpretação de dados do presente e projetada para o futuro, a “dura realidade” cotidiana está expressa no caderno principal. Nesse mesmo dia (31/03/1964), a capa da edição dá destaque à crise da Marinha, repercutindo os acontecimentos da semana anterior: “Os Clubes Naval e Militar tomam posição conjunta”. Dá conta, ainda, em chamadas secundárias, de fatos violentos que contribuem para um quadro de acirramento dos ânimos políticos: “Plano para matar Arrais em Maceió”; “Tiroteio em Gov. Valadares: 1 morto”. Em meio à gravidade dessas notícias, o presidente Goulart é retratado como uma *personagem* dúbia, que aparenta calma ao escutar os demais oradores, mas que logo a seguir profere um discurso considerado “violento e exaltado” na cerimônia em que foi homenageado pelos sargentos na sede do Automóvel Club, no Rio. A manchete principal trabalha também com uma *estratégia de subjetivação*: a criação de suspense, já que ainda não se sabe qual será a posição conjunta dos Clubes, decisão a ser tomada em reunião marcada para aquela tarde. Vistas em conjunto, grande parte das notícias do primeiro caderno apontam para um ambiente de incertezas e expectativa: a hierarquia militar está em perigo, a crise ameaça o futuro do Brasil, há greves e manifestações por

todo o país. A possibilidade de um golpe é tratada abertamente, mas não na fala do próprio jornal, sempre na enunciação de terceiros: “CGT [Comando Geral dos Trabalhadores] ameaça greve no caso de golpe” (p. 22), “*Washington Star* sugere um golpe ‘à velha moda’” (p. 6).

No dia seguinte, quarta-feira, 1º de abril, o golpe “em suspenso” consolida-se na esfera militar, instituição da qual esperava-se, pela leitura do jornal do dia anterior, uma decisão. A manchete é “II Exército domina o Vale do Paraíba”: eis a resposta militar, que não veio dos clubes, mas das tropas do general Olímpio Mourão Filho, que marcham a partir de Minas Gerais ao Rio de Janeiro, e da adesão do II Exército a esse movimento. Aqui o jornal vale-se das *estratégias de objetivação*, apostando, em meio às informações desencontradas, em diversos *efeitos de real*, centrando as informações na região de sua cobertura, São Paulo. A movimentação militar presta-se ao uso de uma série de expressões nesse sentido: referências geográficas, referências de autoridade, legitimidade dos relatos transcritos, recursos numéricos. A movimentação militar é descrita em pormenores, mas seus significados não são explorados. Na *Folha*, os *protagonistas* são os generais, coronéis, e, em especial, o governador do estado de São Paulo, Ademar de Barros, que é aquele quem, através de mensagens dirigidas ao país, profere as palavras mais decisivas, referindo-se a João Goulart como “ex-presidente”. Multiplicam-se pela edição deste dia a transcrição de notas, emitidas pelas mais diversas autoridades, e é na voz desses protagonistas que a narrativa se constrói. O tradicional apagamento da mediação realizada pelo jornal é acentuado. Entre esses protagonistas, seria de se esperar a voz do presidente, mas esta aparece somente na página 10, também através de nota transcrita (“Presidência da República: Golpe de Estado Malogrará”). Cabe destacar que a menção ao golpe é também aqui realizada apenas na voz de terceiros. A narrativa apaziguadora, subjetivada, surge em notícias esparsas, desde a capa (“Calma é completa no Estado de São Paulo”), até pequenas notas que dão conta da manutenção das aulas nas escolas.

Na quinta-feira, 2 de abril de 1964, as notícias voltam-se para as ações da esfera civil na consolidação do golpe, prevalecendo as *estratégias de objetivação* na narrativa: “Congresso declara presidência vaga; Mazzilli assume” é a manchete principal, estabelecendo relação de causa e consequência entre os fatos ao informar, antes do nome do novo chefe de Estado, o fato de que o Congresso havia declarado vaga a presidência. Ontem, os militares espalhavam-se pelo país. Hoje, o presidente foi

destituído. Não há como incorporá-lo na intriga apenas na página 10, como ontem. Assim, uma retranca secundária na capa contextualiza os acontecimentos e informa um fato que abala a coerência do discurso da manchete: “JG [João Goulart] no RGS [Rio Grande do Sul] diz à nação que resistirá”.

O relato principal da capa traz dados precisos sobre a hora em que se passam os acontecimentos que levam o presidente da Câmara Federal, Ranieri Mazzilli, ao posto de presidente da República. O texto afirma que fora lido um ofício de autoria do chefe da Casa Civil informando que João Goulart encontrava-se em território nacional “no pleno exercício de seus poderes constitucionais”. Mesmo assim, “o senhor Auro de Moura Andrade [presidente do Congresso Nacional] declarou que o presidente da República, na hora mais dramática da vida brasileira, abandonava o governo”. O texto narra os fatos de forma objetiva e detalhada, mas não se atém nem a apontar muito menos a explicar a incoerência entre eles.

As estratégias de *subjetivação* manifestam-se nas perspectivas de futuro: a projeção aponta que as forças contrárias ao presidente Goulart dão como certa a vitória e que a presidência de Mazzilli abre caminho para a eleição, em 30 dias e pelo Congresso, do ex-presidente Marechal Eurico Gaspar Dutra. Uma chuva de papel picado pela cidade comemora a “renúncia” (entre aspas no original) de Jango. A narrativa atinge seu clímax.

Na página 2 desse mesmo 2 de abril, a “crise político-militar brasileira” (lembramos, a palavra “golpe” só aparece na voz de terceiros) é “vista de fora”: os analistas convocados são Estados Unidos, União Soviética, Argentina e Cuba. Fica explícito aqui, mais uma vez, o *regime de historicidade* sob o qual os acontecimentos são lidos: no contexto de Guerra Fria, como um jogo de forças entre a democracia liberal e o comunismo. Nesta narrativa, os *antagonistas* são os agitadores, os comunistas golpistas que ambicionam tomar o poder por meios revolucionários. As reformas de base são necessárias (o referente progressista e apaziguador oferecido no suplemento-confiança), mas não nos termos do governo Goulart. O golpe é definido, em editorial, como “uma tomada de posição a favor da lei” (p. 4).

Em 2014, cinquenta anos depois do golpe, a *Folha* dedica variados espaços no jornal impresso e on-line para a efeméride, sinalizados sob a cartola “Tudo sobre a ditadura militar”. Desse universo, destacamos o editorial *1964* (30/03/2014, p. A2), em que a *Folha* revê sua atuação no período, e uma reportagem baseada em dados

recolhidos pelo instituto de pesquisas da empresa, o Datafolha. Esta última nos permite analisar uma operação de ressignificação efetivada pelo jornal através de *estratégias de objetivação* conectadas com o contemporâneo, e que nos dão acesso aos *modos de dizer e viver* do nosso tempo (HARTOG, 1997).

Através do editorial é possível perceber a manutenção de elementos estruturais da narrativa que pudemos acompanhar em 1964: a perspectiva econômica de 1964 – *O Brasil Continua* segue presente, agora na exaltação, em retrospecto, das benesses do “milagre econômico” da ditadura militar. O editorial tem tom de justificativa, construído linguisticamente com base em nexos adversativos: “Aos olhos de hoje, apoiar a ditadura militar foi um erro, mas as opções de então se deram em condições bem mais adversas que as atuais” (30/03/2014, p. A2). A comparação com a situação do país em 2014 é descabida, pois, além do anacronismo, não há referentes na realidade contemporânea que possam colocar a ordem democrática em cheque como em 1964. Outro pilar da narrativa que segue sendo mobilizado é a questão da ameaça comunista, da contrarrevolução, da falta de alternativas. A *Folha* enxerga, ainda em 2014, que o Brasil de 1964 encontrava-se na encruzilhada entre dois modelos de sociedade: o socialismo revolucionário e a economia de mercado. Contemporiza, ameniza e cria falsas simetrias entre os fatos ainda como em 1964: houve tortura, mas também grupos armados de esquerda; foi imposto um governo ilegal, mas em 20 anos a economia cresceu três vezes e meia.

A *Folha* em 1964 apostou no futuro, no progresso e desenvolvimento do Brasil como metanarrativa ética atenuante e apaziguadora, ignorando, naquele presente, a flagrante ilegalidade do golpe midiático-civil-militar de 1964. Em 2014, tenta justificar o apoio aos militares por ter sido “crítica” na segunda metade do regime, quando a resistência estava dizimada, o “milagre” dava sinais de estagnação e uma abertura era sinalizada. Esse jogo narrativo dicotômico da atualidade chama a atenção para mais um valor defendido de forma enfática no plano retórico – e defenestrado na prática em 1964 – e que segue exaltado: a democracia. No editorial de 30/03/2014 (p. A2) a *Folha* afirma: “A consolidação da democracia, nas últimas três décadas, torna ainda mais notória a violência que a ditadura representou”, o que logo suscita as perguntas: não havia democracia antes do golpe? Na ocasião ela era menos valiosa? Por que ela foi sacrificada sem a resistência dos meios de comunicação? Não há respostas nesse texto.

Em 2014, a *Folha* olha para o presente como resultado do passado e para a história como lição: “Visto em perspectiva, o período foi um longo aprendizado para todos que atuam no espaço público, até atingirem a atual maturidade no respeito comum às regras e na renúncia à violência como forma de lutar por ideias”. A perspectiva de valorização da democracia a partir da experiência da ditadura é enfatizada através de reportagem que mostra, através de pesquisa do instituto de pesquisa Datafolha, que a maioria (62%) dos brasileiros acreditam que a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo (a taxa mais alta desde 1989, quando a pesquisa começou a ser feita). “Convicção na democracia é recorde” (30/03/2014, p. A4) faz uma atualização, através de novas *estratégias de objetivação* e de *efeitos de real* (a pesquisa de opinião), para demonstrar como o futuro daquele passado ditatorial, ou seja, o presente democrático, é promissor do ponto de vista das mentalidades e do respeito à lei, compondo, assim, uma nova metanarrativa apaziguadora. No texto do jornal, análise dos resultados da pesquisa aponta que “parece haver uma lenta, gradual e segura” escalada na valorização da democracia entre a sociedade brasileira. Não são termos ao acaso. “Lenta, gradual e segura” foi a abertura política institucional promovida pelos militares.

De qualquer forma, interessa que, narrativamente, a *Folha* conecta a pesquisa com o tema da ditadura e, ao operar essa *estratégia de objetivação*, tentando traduzir em números as tendências da opinião pública sobre o tema da democracia, reforça-a como um valor contemporâneo. Além disso, insere essa perspectiva nos acontecimentos do presente quando relaciona, através da fala de um entrevistado (o filósofo Marcos Nobre), a escalada da valorização da democracia com os protestos de junho de 2013: “Junho de 2013 escancarou isso: grandes protestos, mas poucos que foram para a rua estavam contra a democracia” (30/03/2014, p. A4).

Muitos outros movimentos poderiam ser explorados nessa análise da narrativa jornalística sobre o golpe de 1964. Por ora, o exercício de análise efetivado aqui nos mostra que a “A reconstrução das notícias individuais em uma sequência cronológica e integral [...] é um movimento epistemológico que ressubjetiva o discurso jornalístico ao conferir-lhe o estatuto de uma história com princípio, meio e fim e ao resgatar o seu fundo moral” (MOTTA, 2005, p. 11). Nesse sentido, a narrativa produzida pela *Folha* sobre o golpe em 1964 projeta, através de diferentes estratégias de objetivação/subjetivação, um mundo diegético em que o governo de João Goulart

configura o desvio, o desequilíbrio, através de uma leitura do presente em que não há alternativa entre o comunismo e a utopia autoritária baseada no mercado. O fundo moral, a metanarrativa resultante da reconstrução desse objeto lança mão da projeção de um futuro de progresso para o país a partir da restauração do equilíbrio político (a superação da pequenez ideológica) através do golpe civil-militar. Em 2014, encarando os acontecimentos em perspectiva, a *Folha* tenta reconstruir sua própria narrativa com tom de justificativa, em uma percepção da história que serve como lição para o presente. Segue apostando no discurso da falta de alternativas e ressignifica, através de novas estratégias de objetivação, o valor da democracia na sociedade brasileira contemporânea, compondo um quadro que poderia lembrar seu emblemático personagem Juca Pato: “podia ser pior”.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira. A participação da imprensa na queda do governo Goulart. In: FICO, Carlos et. al (Orgs.). **1964-2004: 40 anos do golpe – Ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. p.15-25.
- AMADO, João. **Da redação do *Jornal do Brasil* para as livrarias: Os idos de março e a queda em abril**, a primeira narrativa do golpe de 1964. 243f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BELMONTE. Enciclopédia Itaú Cultural de artes visuais. Disponível em: [http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia\\_IC/index.cfm?fuseaction=artistas\\_biografia&cd\\_verbete=3584&cd\\_idioma=28555](http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3584&cd_idioma=28555). Acesso em: 13 nov. 2013.
- CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã* entre 1964 e 1968**. 113f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- COHN, Amélia; HIRANO, Sedi; MONTALVÃO, Sérgio. **Folha de São Paulo**. In: Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca>. Acesso em: 28 out. 2013.

HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?”. **Anos 90**, Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, n. 7, julho 1997.

KUSHNIR, Beatriz. Entre censores e jornalistas: colaboração e imprensa no pós-1964. In: FICO, Carlos et. al (Orgs.). **1964-2004: 40 anos do golpe – Ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. p.80-90.

LARANGEIRA, Álvaro. **A mídia e o regime militar**. Porto Alegre, Sulina, 2014.

MACHADO DA SILVA, Juremir. **1964: Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, 2005. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

PILAGALLO, Oscar. **O Brasil em sobressalto – 80 anos de história contados pela Folha**. São Paulo: Publifolha, 2002.

\_\_\_\_\_. 90 Anos em 9 Atos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 19 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1902201103.htm>. Acesso em: 15 out. 2012.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo (1921-1981)**. São Paulo: Impres, 1980.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2006.